

Anselmo Santos Neto¹

Francisco Cleiton Vieira²

Entre a BNCC, a sala de aula e a vida: práticas de ensino e aprendizagem na escola diante da diversidade sexual e de gênero e dos conservadorismos

Between the State Education Norms, the Classroom and Life: Teaching and Learning Practices at School in the Face of Sexual and Gender Diversity and Conservatism

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Anthropology of the Americas no Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn, Bonn, Alemanha. Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. E-mail: s05asant@uni-bonn.de

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, Santa Cruz, Brasil. Doutor e mestre em Antropologia Social (UFRN). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPgAS/UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPgSACOL/UFRN). E-mail: cleiton.vieira@ufrn.br

RESUMO

Este artigo reflete sobre o processo de ensino-aprendizagem de temáticas envolvendo a diversidade sexual e de gênero em uma escola de nível secundário, diante do conservadorismo a nível nacional e a diferença no campo da sexualidade a nível local. É resultado da relação entre um período de estágio curricular obrigatório do curso de Licenciatura em História e uma pesquisa histórico-antropológica em arquivos mais ampla sobre a história da ideia de “mudança de sexo” à brasileira, utilizando como fontes jornais, diários, práticas clínico-cirúrgicas e biografias entre o Rio Grande do Norte e São Paulo no período de 1950 a 1980. Enquanto um diálogo interdisciplinar entre história e antropologia, estuda-se as dinâmicas de aprendizagem numa sala de aula, de forma que se considere tanto o emprego da fonte histórica como a análise social do contexto dos alunos. Através da oficina, os estudantes puderam questionar conceitos pré-estabelecidos e levantar questões como o uso do banheiro por pessoas trans e a possibilidade de mudança de gênero, ao mesmo tempo que puderam reconhecer a escola como um espaço de sociabilidade LGBTQIA+. Para finalizar, o artigo vislumbra abordagens a respeito da diversidade sexual e de gênero em espaços escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino, Sexualidade, Gênero, Conservadorismo e Diversidade

ABSTRACT

This article reflects on the teaching-learning process of themes involving sexual and gender diversity in a secondary school, in the face of national conservatism and differences in the field of sexuality at the local level. It is the result of the relationship between a period of mandatory curricular internship in the Bachelor's Degree in History and a broader historical-anthropological research in archives on the history of the idea of “sex change” in Brazil, using newspapers, diaries, clinical-surgical practices and biographies between Rio Grande do Norte and São Paulo from 1950 to 1980 as sources. As an interdisciplinary dialogue between history and anthropology, the learning dynamics in a classroom are studied, in a way that considers both the use of historical sources and the social analysis of the students' context. Through the workshop, students were able to question pre-established concepts and raise issues such as the use of restrooms by trans people and the possibility of gender change, while being able to recognize the school as a space for LGBTQIA+ sociability. To conclude briefly, the paper outlines thematic approaches to sexual and gender diversity in schools.

KEY WORDS: Teaching, Sexuality, Gender, Conservatism and Diversity.

INTRODUÇÃO

Os desafios para abordar a diversidade sexual e de gênero em sala de aula são significativos e tem sido objeto de grande escrutínio público no Brasil e em diferentes regiões do mundo. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento normativo instituído pelo Ministério da Educação (MEC) brasileiro que orienta a elaboração dos currículos escolares e propostas pedagógicas no ensino básico (Araújo; Silva; Sena, 2020), não menciona diretamente a diversidade sexual e de gênero na etapa do ensino médio. Este silêncio é reflexo do conservadorismo que permeia a sociedade e que, por vezes, influencia a criação de dispositivos legais para atender a uma demanda social hegemônica, deixando de lado os direitos de grupos sociais que desafiam as normas estabelecidas e são vulnerabilizados. A ausência de menção à diversidade sexual e de gênero na BNCC é um reflexo da resistência social em abordar essas questões de forma aberta e inclusiva, uma vez que setores organizados da sociedade e educadores tentaram estabelecer o tema como referência nas normas de ensino nacionais e estaduais (Vieira, 2017). A retirada da expressão “orientação sexual” e do conceito de gênero do texto da BNCC reflete a intenção de alguns setores de “puxar a roda da história para trás”, como apontado por Margareth Rago (Alves Filho, 2017). A dificuldade da abordagem dessa temática na escola corresponde, portanto, a uma resistência à mudança social e reflete um amálgama de distintas identidades e experiências sexuais e de gênero que atualmente são encampadas pelos movimentos sociais e por indivíduos como distintos.

Essa distinção cada vez crescente de identidades não-heterossexuais corresponde a desintegração da categoria “homossexualidade” (Valle; Simões, 2015), o que gerou a necessidade de uma nova expressão para englobar o conjunto de pesquisas relacionadas às corporalidades, sexualidades e expressões de gênero que desafiam o binarismo de gênero e a normatividade heterossexual. Dada a falta de consenso entre os pesquisadores sobre uma expressão unificada para essas questões, “diversidade sexual e de gênero” emerge como uma alternativa. Este termo, menos vinculado às categorias médicas e psicológicas e às categorias identitárias reunidas no movimento político atualmente representado pela sigla LGBTQIA+² (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexos, assexuais), busca abranger uma pluralidade de experiências e identidades, respeitando a individualidade e a complexidade de cada ser humano (Valle; Simões, 2015).

Essa diferenciação se estabelece através da resignificação de indicadores de subjetividades, práticas e conflito social/violência. Isto é, “expressões corporais e emocionais, desejo sexual, linguagem e

² A noção de “sujeito LGBT” é entendida como própria de uma comunidade imaginada com uma trajetória histórica alterada pela sua inclusão no Estado brasileiro através de políticas governamentais. Estas políticas focam e intervêm em homossexuais, travestis e pessoas trans, tendo sua principal base materializada no final do Governo Lula com as Conferências Nacionais LGBT a partir de 2008 (AGUIÃO, 2008).

vocabulário, materialidades corporais, performances de gênero, órgãos sexuais, práticas profissionais, vestuário, entre outros” são constantemente reelaborados por agentes sociais em ordem de estabelecê-los como representação dessa ou daquela identidade ((VIEIRA, 2023, p. 103-104) Essa reelaboração constante de categorias e experiências ressalta a necessidade de uma abordagem antropológica mais inclusiva e abrangente para entender a diversidade sexual e de gênero, uma que reconheça e valorize a individualidade e a complexidade das experiências humanas.

O crescimento do conservadorismo nos últimos anos, impulsionado em parte por um forte movimento religioso, tem levantado questões sobre os direitos humanos relacionados à diversidade sexual e de gênero. Grupos religiosos, incluindo cristãos evangélicos e católicos, têm ganhado representação no Congresso Nacional, e muitos desses representantes defendem uma agenda neoconservadora que busca minimizar questões relacionadas a essas temáticas. Exemplos disso são numerosos, como as tentativas de intimidação de professores e a propagação do mito da “ideologia de gênero”, que não passa de uma desvirtualização dos estudos ligados a gênero e sexualidade (Miguel, 2021). As tentativas de inserir essas discussões no ensino básico encontram resistência. O movimento Escola Sem Partido, reflexo da onda conservadora dos últimos anos, tem buscado homogeneizar o discurso heteronormativo em sala de aula, proibindo a discussão sobre gênero, diversidade sexual, relações étnico-raciais e política, influenciando a perseguição à liberdade de cátedra, gerando conflitos entre professores e alunos (Barroso; Silva, 2020). Portanto, apesar das adversidades e conflitos, a necessidade de abordar a temática da diversidade sexual e de gênero no ensino básico é intensificada por esses desafios. Bento (2011) e outros já destacaram a existência de preconceito e violência contra gays, lésbicas e pessoas trans e travestis nas escolas, resultando em sua exclusão. Essa realidade sublinha a urgência de esforços consistentes e conscientes para combater o preconceito e promover a inclusão, e as discussões sobre a inclusão desses temas na escola surgem precisamente dessa constatação.

Nesse sentido, este trabalho³ objetiva refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem de temáticas envolvendo a diversidade sexual e de gênero em uma escola de nível secundário. Esse artigo é resultado da relação entre um período de estágio curricular obrigatório do curso de Licenciatura em História e uma pesquisa mais ampla sobre a história da ideia de “mudança de sexo” à brasileira, utilizando como fontes jornais, diários, práticas clínico-cirúrgicas e biografias entre o Rio Grande do Norte

³ Este trabalho é resultado de pesquisa etnográfica e em arquivos e de aplicação de uma oficina a partir da experiência de estágio curricular obrigatório no contexto de um curso de Licenciatura. A observação participante e a aplicação da oficina foram realizadas pelo primeiro autor; as análises formais, a escrita do texto, conceituação e curadoria dos dados foram realizadas pelos primeiro e segundo autores, enquanto a revisão e a supervisão foram feitas pelos segundo autor; a pesquisa em arquivos foi realizada por ambos os autores, ficando o primeiro mais a cargo da pesquisa em jornais e ao segundo a pesquisa em outros materiais como livros, arquivos médicos etc.; o segundo autor também participou do planejamento e formulação da oficina. O texto, portanto, oscila entre a primeira pessoa do singular e a terceira pessoa do plural, na primeira forma se referindo a observação participante feita pelo primeiro autor.

e São Paulo no período de 1950 a 1980. O canal principal dessa ligação entre a sala de aula e a pesquisa em arquivos se deu a partir da aplicação de uma oficina entre estudantes adolescentes do nível médio no âmbito de aulas durante um período do estágio. Para isso, o diálogo interdisciplinar entre Antropologia e História mostrou-se essencial; a partir dessas duas áreas, propomos o diálogo entre a análise de uma fonte histórica (evitando o anacronismo) a partir do contexto cultural e social dos alunos, etnografando as interações no contexto de sala de aula ao longo da discussão desses temas.

O artigo é estruturado em cinco seções principais. A primeira seção aborda o método e as técnicas de pesquisa empregados no trabalho, discutindo a pesquisa realizada em jornais e a montagem da oficina. A segunda seção explora a evolução da notícia e o contexto histórico da imprensa no Brasil, fornecendo uma explanação sobre o que constitui um fator de noticiabilidade e como este influencia a formação da opinião pública em relação aos indivíduos não-heterossexuais. A terceira seção examina o contexto de uma escola estadual no Rio Grande do Norte, local onde a oficina foi realizada, e a importância de utilizar o jornal como fonte histórica e o seu cotejamento com o presente. A quarta seção apresenta a etnografia de dois momentos da oficina, com os alunos e as alunas reconhecendo a possibilidade de alteração das características sexuais secundárias por meio de intervenções cirúrgicas, tema que foi objeto de debate para acessar saberes sobre espaços de sociabilidade e identificação da escola como um espaço de sociabilidade LGBTQIA+. Finalmente, a quinta seção argumenta que a escola pode ser um local ativo para abordar essas questões por meio de uma técnica de ensino-aprendizagem (a oficina), destacando a urgência de tratar a questão da diversidade no contexto escolar. Isso responde a uma necessidade identificada entre os próprios discentes que desejam debater o assunto.

MATERIAIS E MÉTODO

Na década de 1970, o jornal começou a ser reconhecido como fonte histórica pelos historiadores. A introdução de novas metodologias na História possibilitou o uso dos periódicos para uma renovação historiográfica, principalmente no que concerne à temas políticos, sociais e culturais do período. Por ser um veículo costumeiramente gerido pelas classes dominantes, o jornal apresenta-se como uma forma de entender como esses grupos moldaram a percepção social através da mídia (Leite, 2015). A Folha de São Paulo, sendo o veículo jornalístico de maior circulação no país (Mídia Dados, 2022), foi selecionado para o levantamento de dados sobre mudança de gênero no período histórico entre 1960 e 1980. Pela carência de arquivos médicos e pessoais, a pesquisa em jornal mostra-se com forte potencial para acessar o passado.

A pesquisa no acervo digital da Folha foi conduzida utilizando as palavras-chave ‘travesti’, ‘transexual’, ‘transexualismo’ e ‘mudança de sexo’. No total, foram encontradas e

analisadas 503 notícias que foram selecionadas e arquivadas no acervo do Núcleo de Estudos

e Pesquisas em Antropologia e Saúde Coletiva. Assim, encontramos muitas notícias sobre travestis/transsexuais que foram presos e presas devido à sua identidade de gênero, bem como aquelas que tratavam de indivíduos que realizaram a cirurgia de transição de gênero e enfrentaram dificuldades para alterar o prenome legalmente. Também foram incluídas matérias com opiniões de leitores, jornalistas, psiquiatras e psicanalistas sobre as cirurgias, além de notícias sobre figuras transexuais famosas, como Christine Jorgensen, René Richards e Roberta Cowell. O caso do cirurgião plástico Roberto Farina, amplamente citado por estudos trans, condenado por realizar a cirurgia de transição de gênero em Waldirene Nogueira, foi amplamente noticiado pela Folha de São Paulo, permitindo a sua reconstrução a partir de uma perspectiva jurídica e jornalística. O jornal também noticiou o aspecto artístico desses indivíduos e a perseguição policial e social a que foram submetidos. Por fim, todas as notícias que se enquadram em alguma das características mencionadas foram preservadas em nosso acervo.

A técnica de clipagem foi empregada, a qual envolve o processo de arquivamento de notícias relacionadas a um tema específico, com os critérios de seleção definidos pelo pesquisador. Após a seleção, um PDF foi gerado e nomeado de acordo com a palavra-chave e a data de publicação. A notícia correspondente à palavra-chave foi destacada digitalmente, sem a exclusão das demais notícias presentes na mesma página do jornal, uma vez que elas também contribuem para o contexto geral. As notícias foram organizadas em pastas, divididas em intervalos temporais de cinco anos, para facilitar a consulta posterior. Ao término da pesquisa, uma planilha de dados foi elaborada com todas as notícias selecionadas. Informações como data, palavra-chave, tipo de notícia, autor e referência completa foram incluídas na planilha.

A partir desse acervo temático construído no contexto da pesquisa, cinco notícias extraídas do arquivo digital do jornal Folha de São Paulo foram selecionadas para a montagem de uma oficina pedagógica. Dada a sua eficácia como ferramenta de ensino-aprendizagem,

as oficinas pedagógicas permitem uma análise da realidade de cada aluno sem a fuga do conteúdo que deve ser abordado, além de permitir o intercâmbio de experiências, em que o saber não se constitui apenas no resultado final do processo de aprendizagem, igualmente presente no processo de construção do conhecimento. São situações de ensino e aprendizagem de forma aberta e dinâmica, sendo uma valiosa forma estratégica para a formação tanto dos educadores, quanto para os discentes. Com as oficinas, os professores tanto ensinam quanto aprendem. Há uma troca mútua de conhecimentos de forma descontraída, na qual ambos os lados saem renovados de cada etapa escolar (MONTEIRO et. al., 2013, p. 2).

Por não haver nenhuma referência direta às temáticas de gênero e diversidade sexual na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio da BNCC, a oficina ancorou-se na competência 5 da etapa do ensino médio, que busca “identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (2018). A partir disso, foi elaborada uma oficina dividida em quatro dinâmicas e, por fim, na confecção de um jornal artesanal. Essa prática de ensino-aprendizagem objetiva construir narrativas sobre temas ligados à diversidade sexual e de gênero ao observar as perspectivas clínico-cirúrgica, artística, higienista, da violência judicial e policial, e da organização política desses grupos na década de 1970.

Intitulada “Mapeamento de Conceitos”, a dinâmica inicial teve como proposta a análise de uma notícia sobre ‘mudança de sexo’ (Figura 1) a partir de quatro perspectivas: os sujeitos envolvidos, as fontes da informação, o contexto histórico e a linguagem utilizada no corpo do texto. A atividade é desenvolvida em grupos de cinco alunos, que devem organizar e guardar as informações coletadas durante a leitura da fonte. Posteriormente haverá um processo de socialização para a conceituação de termos como ‘mudança de sexo’, identidade de gênero, orientação sexual, sexo biológico, expressão de gênero, e outros que os alunos apresentarem dúvida durante o momento da análise geral.

Médico defende cirurgia para mudar o sexo

RECIFE (do correspondente) — “Em praticamente todos os países do mundo são feitas operações para mudança de sexo e nenhum médico até agora sofreu sanções por isso”, afirmou o professor Roberto Farina, pioneiro no

Brasil nesse tipo de cirurgia. Cauteloso em suas declarações, a princípio negando-se mesmo a comentar o assunto, pois está tramitando um processo movido contra ele por um promotor de São Paulo, o professor Roberto Farina acabou prestando informações sobre o assunto.

Paulista de 52 anos, professor universitário, lecionando em duas Faculdades de Medicina em São Paulo, Roberto Farina assegura que “a finalidade dessa cirurgia é humanitária e o médico não tem o direito de abandonar esses pacientes, que são em geral criaturas de bom caráter, que sentem a responsabilidade da vida, algumas vezes até com nível universitário e que

querem encontrar um caminho para que possam exercer suas atividades”.

Farina não revelou o número dos que se submeteram à operação de mudança sexual pelas suas mãos, limitando-se a dizer “que foram feitas algumas cirurgias”, pelas quais ele não recebeu um real sequer, em hospitais de ensino.

Contou ainda que as cirurgias para mudança de sexo são feitas apenas em “indivíduos que, embora tenham um determinado sexo físico, têm a mente do sexo oposto” e explicou que antes eles ficam “um ano sob observação psicológica. Quando se chega a conclusão de que é caso de transexualismo, são encaminhados a um geneticista, para determinação do sexo

cromossômico. Depois então são consultados endocrinologistas, que fazem as dosagens hormonais e também alguns testes para determinar exatamente o gênero do sexo cerebral.

Esses testes dão uma segurança muito grande para se firmar o diagnóstico dos pacientes.

Finalmente, o médico cirurgião será apenas um artífice de todo esse trabalho.”

O resultado final da cirurgia é a “mudança bem completa de sexo e os pacientes só não se sentem completamente realizados e felizes por causa do entrave criado na justiça, por exemplo, quanto ao fornecimento de cartelas de

identidade e outros documentos. Mas é um tipo de cirurgia válida porque consegue recuperar os pacientes que antes viviam marginalizados”, disse Farina.

Doutor Farina lamentou que há algum tempo tenha sido envolvido por uma campanha que deixou o saldo de uma imagem criminosa da sua pessoa, mas demonstrou a esperança de “oportunamente tudo vir à luz”.

Roberto Farina regressou a São Paulo depois de participar no Recife do curso de mastologia, onde funcionou como relator de plásticas da mama com transplante livre do aóreo.

Figura 1. Médico defende cirurgia para mudar o sexo.

Fonte: MÉDICO defende cirurgia para mudar o sexo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 set. 1976.

Já a etapa da “Análise de arte” teve como proposta a exibição de personagens LGBTQIA+ na mídia televisiva a partir de uma notícia que retrata o prêmio “Os Cars” (Figura 2), entregue aos gays e travestis de influência da noite carioca no ano de 1976. Com ênfase nas representações de homossexuais, lésbicas e transexuais, os alunos serão convidados a analisar os personagens que ganharam notoriedade no grande público heterossexual e refletirem sobre como essas pessoas são representadas na arte. O objetivo dessa dinâmica é estimular a reflexão crítica e a sensibilização em relação às questões de gênero, sexualidade e arte.

Oscar

No rio, só
sendo "gay"

Realizou-se, nesta última segunda-feira, no Teatro Tereza Raquel, no Rio, a noite de entrega dos "Os Cars" — ou prêmios anuais — aos travestis de shows noturnos e outras personalidades do mundo "Gay" carioca, que mais se destacaram durante o ano de 1976. Os prêmios e o espetáculo foram uma iniciativa de Pedrinho, um dos melhores cabeleiros cariocas, que se dedica — também a cada vez com mais empenho — à produção de espetáculos artísticos, sempre na área "Gay".

Foi uma linda noite, com a presença de "Tout Rio", no setor do assim chamado terceiro sexo. As bonecas estavam todas maravilhosas, tanto as felizes premiadas quanto muitas espectadoras que também estavam presentes para aplaudir o sucesso das amigas. Vestidos fulgurantes, penteados impecáveis e maquiagens irreprensíveis foram a tônica da festa, cujo brilho sem dúvida recompensou o trabalho cuidado de Pedrinho.

A noite começou sob o comando do mestre de cerimônia dom Carlos, que iniciou os trabalhos trazendo para o plano três atrizes famosas para apresentar as premiadas: Zezé Motta, que atingiu o estrelato cinematográfico definitivo, este ano, com sua Xica da Silva; Maria Cláudia, apresentada por dom Carlos como "locutora, apresentadora, atriz, bailarina e cantora"; e Sonia de Paula, a "Cissa" da novela Estúpido Cupido. Em seguida, como padrinho e madrinhas das vencedoras, subiram ao palco o craque campeão do mundo Carlos Alberto (novo lateral direito do Flamengo), sua esposa, a atriz Teresinha Sodré, e a também atriz Vera Gimenez. Num clima alegre, como era natural, eles entregaram elegantes estatuetas às seguintes artistas "gay": Maria Leopoldina — melhor atriz; Shirley Montenegro — melhor cantora; Suzie Wong — travesti categoria luxo; Pepita Soares — Travesti revelação; Marlene — melhor apresentadora; Denise Darcel — melhor dubladora; Claudia Kendal — melhor vedete; Angela Leclery — a mais bonita; Cláudia Celeste — A melhor do cinema; Camille — prêmio de elegância; Eloísa — vedete internacional.

O prêmio de personalidade merece um destaque especial. Foi concedido à célebre Rogéria, que é adorada pelas colegas. Quando ela chegou ao teatro, já na metade da cerimônia, a festa simplesmente parou para recebê-la. Rogéria cantou três números de seu repertório e fez um pequeno "speech", no qual declarou não ter mais ambições na vida. "Só quero continuar a ser a líder deste "gay power" maravilhoso" — disse ela, sob os aplausos entusiasmados da platéia e das outras premiadas. Ao que parece, Rogéria continua a manter, no mundo "gay", uma posição ímpar.

Fora da categoria travesti, outras personalidades foram premiadas e devem ser citadas: Ferno recebeu o prêmio de revelação de cabeleireiro; Wagner, de revelação de manequim; Gilles, o prêmio de elegância masculina, e Marcos Magalhães o título de Garoto Gaivota. No final da festa, todos confraternizaram e se parabenizaram mutuamente, numa atmosfera de amizade, respeito e sofisticação.

A iniciativa, sem dúvida, merece os aplausos, não só da imprensa, como de todas as pessoas apreciadoras do belo e interessadas no desenvolvimento da arte e da cultura entre nós. Sejam elas "gay" ou não. E só nos resta fazer votos para que a distribuição dos "Oscars Gay" do ano que vem seja tão — ou mais — brilhante e bonita quanto foi esta noite de segunda-feira.

Luiz Carlos Maciel/Rio



Figura 2. Oscar.

Fonte: MACIEL, Luiz Carlos. Oscar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jan. 1977.

A terceira dinâmica, intitulada "Mapeamento das políticas higienistas", trabalha a notícia "A polícia preocupada com os "travestis" na cidade" (Figura 3) e consistiu na construção de um mapa coletivo da cidade, identificando os lugares onde as pessoas LGBTQIA+ costumam frequentar e as principais ocorrências de violência e preconceito contra esses indivíduos na cidade do Natal. Os alunos foram orientados a pesquisar informações sobre as políticas higienistas adotadas no Brasil durante a década de 1970 e refletiram sobre a quem eram direcionadas e quais foram os seus objetivos. Em seguida, buscou-se fazer uma discussão acerca das consequências dessas políticas para as pessoas LGBTQIA+ e uma reflexão sobre as formas de combate ao preconceito e à violência a partir de políticas públicas para esse grupo social em Natal.

A polícia preocupada com os “travestis” na cidade

Uma nova técnica para evitar a presença cada vez mais constante de travestis, no centro da cidade, está sendo empregada pelo 4.º Distrito Policial. Eles estão sendo recolhidos no início dos fins de semana, às sextas ou sábados, por vadiagem (quando não apresentam carteira do trabalho registrada e assinada pelo empregador) e soltos no dia seguinte ou apenas na segunda-feira de manhã.

A tática pretende evitar sua ação, exatamente nos dias de maior movimentação da vida noturna da cidade. A polícia ficha o (travesti), para ter um controle do número deles - o que tem demonstrado que a maioria provém de outros Estados) e pretende manter um cadastro atualizado para descobrir uma fórmula de impedir tal migração. Ao ser detido uma segunda vez, depois do prazo de 30 dias para obter emprego, caso não apresente a “carteira assinada” é autuado por vadiagem.

Aos poucos eles estão tomando conta da cidade. A maior concentração, por enquanto, continua sendo no centro. Há mais de 10 anos, “para salvaguardar os bons costumes”, as autoridades até proibiram o então tradicional baile carnavalesco dos “enxutos”, onde eles se apresentavam nas noturnas do antigo teatro Paramount, da Brigadeiro Luís Antônio.

O que parecia ser o fim dos poucos travestis de São Paulo acabou se transformando, como diz um experimentado policial, “na maior praga da cidade”. Os rapazes trejeitados, às vezes bem vestidos, bem pintados e com os corpos tratados tal qual as mulheres, tomaram de assalto a grande cidade.

Dos inferninhos da rua Teodoro Baima eles se transferiram para a fachada do pomposo Hilton Hotel, na avenida Ipiranga. E isso reduziu numa verdadeira concorrência às mulheres que frequentam as luxuosas boates da chamada “boca do luxo” de São Paulo. Já houve muitas brigas entre elas e os travestis, e até mesmo entre eles.

As rondas policiais foram intensificadas. Alguns travestis, depois da primeira prisão, resolveram abandonar a cidade, procurando bairros distantes, onde atuam mais à vontade, sem a severa perseguição, ocupando praças, ruas e avenidas. E, por incrível que pareça, até freguesia certa conseguiram. Principalmente junto a estudantes. Essa revelação foi feita, há poucos meses, no posto médico-legal do DEGRAN, por um travesti, que fez questão de acrescentar:

“Esses boys motoqueiros da Augusta são só de onda mesmo. Ficam paquerando a noite toda em cima de suas máquinas, à porta de lanchonetes e depois correm aqui pra gente, onde conseguem se realizar. No paredão do cemitério da Consolação, chegamos, conforme o movimento, até escolher a freguesia de acordo com o tipo de carro que ocupam”.

REPRESSÃO

Atualmente, os maiores inimigos dos

travestis do centro da cidade são os policiais das rondas do Setor de Vadiagem do DEIC e da Delegacia Seccional Centro. Embora as autoridades possuam fichários completos com as suas verdadeiras identidades e, principalmente, dos seus nomes de guerra (o que usam nas ruas), é difícil exercer um controle sobre eles, porque dia-a-dia o número aumenta vindos com maior frequência de cidades interioranas de Minas Gerais e Bahia.

Detidos, os travestis são submetidos a triagem nas delegacias de maior movimento nessa modalidade, na Capital, é o 4.º Distrito e posteriormente submetidos a exames médicos de aptidão física para o trabalho, no IML. Sendo provada sua capacidade para o trabalho, os homossexuais são advertidos e assinam um termo de compromisso, obrigando-se a conseguir trabalho em 30 dias. Findo esse prazo, caso novamente sejam recolhidos e não estejam em situação regular (carteira profissional assinada), serão autuados em flagrante, por infração ao artigo 59 da lei das contravenções penais, que trata da vadiagem.

Para fraudar a lei, um advogado de São Paulo, na hora do julgamento de seu cliente, apresentou uma carteira profissional dando-o como “alfaiate”. O auto de flagrante foi relaxado. Semanas depois, na mesma Vara Criminal, outro julgamento, também de travesti, cliente do mesmo advogado e com o registro de emprego na mesma alfaiataria. Mesmo tendo relaxado a prisão, o juiz pediu à Polícia que investigasse. E ficou apurado que o alfaiate era amigo do advogado e que, a pedido deste, para comprovar a ocupação lícita de seus clientes, assinava suas carteiras e os colocava como contribuintes do INPS. Advogado e alfaiate foram indiciados em inquérito.

“MAIS RIGOR!”

Como para as mulheres que frequentam a vida noturna da cidade, também para os travestis o maior movimento se dá nas noites de sextas e sábados. Há meses, com o emprego até de cães, policiais civis e militares, numa sexta-feira, realizaram na “boca do luxo” o que se denominou de “Operação Travesti”. Dezenas deles foram recolhidos. De madrugada, comprimidos nos xadrezes do 4.º DP, promoveram um tumulto que só foi sufocado com a presença de caminhões do Corpo de Bombeiros, cujos soldados lançaram jatos d’água sobre eles, para acalmá-los.

Nessa mesma madrugada, o secretário da Segurança Pública, cel. Antonio Erasmo Dias, ao se dirigir à Delegacia para saber das proporções do motim, ao tentar um diálogo com eles, acabou sendo ofendido e se retirou imediatamente do Distrito, muito nervoso, determinando ao então delegado titular, Geraldo Rodrigues de Moura, que as rondas prosseguissem com mais frequência e rigor.

Figura 3. “A polícia preocupada com os “travestis” na cidade”.

Fonte: A POLÍCIA preocupada com os “travestis” na cidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 dez. 1977.

A etapa de “Reflexões sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+” consistiu na análise de duas notícias sobre a violência policial (Figura 4) e judicial (Figura 5) inseridas em um contexto histórico mais amplo. Os alunos discutiram e responderam a perguntas orientadoras em grupo, destacando como a violência policial e judicial afeta as pessoas LGBTQIA+ e o que pode ser feito para combatê-las. O objetivo da dinâmica foi o de estimular a reflexão crítica sobre a violência policial e judicial, sensibilizando sobre a discriminação e o preconceito em todas as formas possíveis, entendendo o que é cada um a partir das suas práticas, seja econômica, física, moral, dentre outras.

Diadema julga hoje o “Esquadrão da Morte”

Estarão sendo julgados a partir das 10h30 de hoje, pelo Tribunal do Juri da Comarca de Diadema, os investigadores Walter Brasileiro Polim, João Surreição Frade e João Carlos Tralli, acusados de pertencer ao “Esquadrão da Morte”. Teriam executado a tiros, às vésperas do Natal de 1969, em local deserto da estrada de Vila Evelim, em Eldorado, o travesti Manoel Bernardes Lisboa, chamado “Estrelinha”, e mais uma outra pessoa, de apelido “Nico”, ou “Zorro”.

A identidade dessa vítima jamais foi apurada, apesar do chamado “Lirio Branco”, — “relações públicas” do “Esquadrão da Morte” — ter divulgado aqueles apelidos aos jornais, anunciando as execuções. A Polícia, por sua vez, — nada — conseguiu apurar, sendo o crime desvendado após sindicâncias efetuadas pelos promotores Djalma Lúcio Gabriel Barreto e Alberto Marinho Júnior, na Corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária.

Apuraram aqueles representantes do Ministério Público que “Estrelinha” estava recolhido ao Presídio Tiradentes — de onde foi retirado juntamente com “Nico”, para ser morto — pelo menos desde 7 de outubro de 1969, conforme se verifica na relação daquele estabelecimento.

Desde aquela data até 8 de dezembro de 1969, “Estrelinha” foi encaminhado do Presídio ao DEIC, à disposição da Divisão de Crimes contra o Patrimônio, nada menos que uma dúzia de vezes.

A CELA DA MORTE

Uma das testemunhas, o bacharel Francisco Isidro Monteiro Júnior, informou que no início de dezembro “Estrelinha” foi retirado do Presídio Tiradentes por três policiais. Todavia, não foi liberado e retornou 4 ou 5 dias depois para o Recolhimento Tiradentes, desta vez com “guia de recolha”. Colocado numa cela isolada, conhecida como “cela da morte” ali permaneceu por cerca de 10 dias e na véspera foi retirado para a morte, durante a madrugada. No pátio do Presídio, foi a vítima “barbaramente espancada”, de

forma “tão violenta que o sangue de “Estrelinha” chegou a correr para o ralo” — segundo o depoimento de testemunhas ouvidas na sindicância.

Anteriormente, em suas idas frequentes ao DEIC, “Estrelinha” já havia sido sequestrado em companhia de “Zorro”. Os policiais que os espancaram afirmaram que ele teria o mesmo destino que “Jorge Brucutu”, um delinco anteriormente assassinado, segundo esclarecimento da testemunha Samuel Machado.

CLAMOR NA VIATURA

Os promotores Alberto Marinho Júnior e Djalma Lúcio Gabriel Barreto, no relatório da sindicância, assim narram os últimos momentos de vida de “Estrelinha”:

“Impressionante o relato que, a respeito dos últimos momentos de vida de “Estrelinha” e “Nico”, é feito por Olímpio Gregório da Silva, também travesti, e que até determinado momento os acompanhou no carro-forte, minutos antes de executados. No interior do veículo, “Nico” somente se lamentava e pedia o socorro de Deus, certo de que ia morrer; o declarante também pensou que seria executado, bem como “Estrelinha”, sendo que todos choravam. Olímpio, contudo, foi transferido, no Pátio do Colégio, para um automóvel, que acompanhou o carro-forte até Diadema, local da execução, sendo entregue à Delegacia de Polícia daquela cidade, sob a alegação de que estava “fazendo a vida de travesti em Americanópolis”. Jamais se soube porque os policiais não o mataram; “provavelmente o transferiram para Diadema para que um “habeas corpus” impetrado em seu favor não surtisse efeito”, disse.

Apesar de diversos policiais, já conhecidos por seu envolvimento com o “Esquadrão da Morte”, haverem sido apontados como coniventes da dupla na execução, salienta a sindicância que “resultou, afinal, bastante demonstrada a participação efetiva no homicídio de 3 dias: os investigadores João Surreição Frade, Walter Brasileiro Polim e João Carlos Tralli.”

Figura 4. Diadema julga hoje o “Esquadrão da Morte”.

Fonte: DIADEMA julga hoje o “Esquadrão da Morte”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 jun. 1978.

Manifestação contra o delegado Richetti

Líderes das prostitutas e travestis que frequentam o centro da cidade deverão realizar, hoje, às 10 horas da manhã, uma manifestação pública, na praça Júlio Mesquita, para protestar contra as prisões que o delegado José Wilson Richetti vem fazendo, todos os dias, desde que assumiu o cargo de chefe da Seccional de Polícia da Zona Centro, há duas semanas.

A Polícia recebeu informações de que, durante a manifestação uma prostituta e um travesti discursarão e, depois, será queimado, no meio da praça, um boneco de três metros de altura, gordo, de suspensórios e dois revólveres na cinta, representando o delegado Richetti.

O boneco — segundo as informações que chegaram à Polícia — usa terno branco, está recheado com retalhos de pano, sacos de estopa e muito lixo e papel velho. Uma armação de madeira o manterá de pé durante a manifestação. Os suspensórios são largos e os revól-

veres foram feitos de madeira e pintados de preto.

AMEAÇA

“Vou lá e prendo todo mundo” — disse, anteontem, o delegado José Wilson Richetti, quando um investigador o informou sobre a manifestação das prostitutas e dos travestis. Mas, depois de uma reunião com o delegado Rubens Liberatori, diretor do Departamento de Polícia da Grande São Paulo, ele mudou de ideia:

“Vou fazer de conta que não é comigo. Bem vou ficar na cidade. Vou considerar isso brincadeira. Estou limpando a cidade com as prisões de prostitutas e travestis e vou continuar fazendo isso. Que protestem e me queimem em praça pública. Não vai adiantar nada.”

Para evitar eventual excesso, o coronel Nelson Tranchesi, da Polícia Militar, vai colocar viaturas em pontos estratégicos próximos da praça Júlio Mesquita. A Polícia Civil acompanhará a manifestação de longe.

Figura 5. Manifestação contra o delegado Richetti.

Fonte: MANIFESTAÇÃO contra o delegado Richetti. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 jun. 1980.

Por fim, foi pedido aos alunos que construíssem seu próprio jornal artesanal, utilizando recortes de revistas e livros para a confecção da “Folha do Anísio Teixeira”. Esse jornal terá como foco notícias sobre os pertencentes a sigla LGBTQIA+, destacando seus feitos e avanços nos últimos anos, fazendo contraponto com as notícias abordadas durante a oficina e trazendo comparações atuais, mostrando o que mudou e permaneceu desde a década 1970 – com as devidas ressalvas quanto às diferenças entre as cidades de São Paulo e de Natal no período histórico analisado. Nesse sentido, a abordagem de pesquisa e de aplicação da oficina se dedicou a gerar um olhar comparativo tanto entre passado e presente, como entre contextos sociais distintos. A oficina foi encerrada com uma reflexão sobre a importância de se refletir sobre a história e sobre o caráter social da vida humana e da diversidade sexual para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Destacamos o papel do estudante como agente de transformação social, estimulando sua

participação ativa e crítica no debate público acerca das questões de gênero e sexualidade.

ENTRE A ESCOLA, A HISTÓRIA E O CONTEXTO SOCIAL

Embora seja localizada em um bairro de classe média-alta da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, a escola na qual foram realizadas as oficinas atende principalmente a uma população socioeconomicamente desfavorecida. A maioria dos estudantes são jovens residentes da periferia que estudam no segundo bairro mais rico do estado (Tribuna do Norte, 2011)⁴, ou seja, a percepção do espaço se desloca devido às diferenças entre os contextos escolar e social em que estão inseridos (Oliveira, 2006). Vale ressaltar que existem outras escolas públicas nas proximidades, cada uma com suas diferenças estruturais, curriculares e de público-alvo. Por exemplo, o Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense é uma escola tradicional com uma infraestrutura mais atrativa devido ao seu espaço e currículo integral. O Centro Estadual de Educacional Profissional Senador Jessé Pinto Freire (CENEP) oferece cursos profissionalizantes integrados ao ensino médio. Além dessas, a Escola Estadual Augusto Severo atende os anos finais do ensino fundamental em período integral, e o Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Felipe Guerra é uma escola voltada para o ensino de jovens e adultos nos três turnos. Já a Escola Estadual Anísio Teixeira tem uma tradição de contar com discentes com necessidades educacionais específicas, que são surdos, oferecendo intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em todas as turmas do ensino médio, o que facilita a integração desses alunos com os ouvintes. Além disso, a escola possui seis turmas do primeiro ano do ensino médio, cinco do segundo e cinco do terceiro ano. Escolhemos aplicar as oficinas em duas turmas do primeiro ano do ensino médio, o 1º A e o 1º B, nos dias em que um dos autores esteve presente para realizar o estágio de monitoria.

Baseando-se no fazer etnográfico (Peirano, 2014), analisamos o modo como a Escola Anísio Teixeira, sendo uma instituição pública, lida com questões de diversidade sexual e de gênero. Na turma do 1º A, havia uma distinção socioespacial de gênero. Em seis fileiras de cadeiras, uma parte dos extremos era ocupada por moças e indivíduos assumidamente com identidades pretensamente coesas no espectro da diversidade sexual e de gênero, as quais eram manejadas discursivamente enquanto “pessoas LGBTQIA+”. À direita, os rapazes se sentavam. No meio, estavam aqueles que transitavam entre os dois grupos, e raramente esses extremos

⁴ Segundo Barbosa, Gonçalves e Santana (2019, p. 53), considerando apenas a capital Natal, a área de maior vulnerabilidade social se refere aos bairros da zona Oeste (Cidade Nova, Guarapes e Planalto), enquanto a área de situação social mais favorável, com vulnerabilidade entre média baixa e baixíssima, refere-se a bairros da zona Leste e Sul (Petrópolis, Tirol, Capim Macio e Candelária).

interagiam entre si durante as aulas. Por outro lado, a turma do 1º B apresentava um contexto comunitário: todos os alunos interagiam uns com os outros, sem distinção de gênero ou um possível estado de hostilidade. Uma dificuldade comum observada nas duas turmas foi a identificação e interpretação de uma fonte histórica. Embora entendamos o conceito e os desafios inerentes ao trabalho pedagógico com arquivos históricos, a formação em licenciatura muitas vezes não prepara adequadamente para lidar com esses objetos em sala de aula. Existem vários mecanismos pedagógicos disponíveis para os professores utilizarem em sala, contudo, por falta de estrutura e recursos financeiros, o professor acaba tornando-se um refém do livro didático. Apesar das Licenciaturas prepararem o discente para ser um futuro profissional da educação com soluções e métodos de ensino, a realidade escolar está distante da academia que, apesar de cortes orçamentários, possui autonomia econômica e intelectual. A preparação se mostra insuficiente, desprovida de uma visão realista das demandas de nossa futura profissão, equiparando-se ao modelo de educação bancária criticado por Paulo Freire (2005) em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, no qual o aluno é visto pelo professor como um banco para o depósito de conhecimento, sem um estímulo à criticidade.

Após o período de observação das interações nas salas de aula, decidimos organizar uma oficina para conectar o jornal à temática da diversidade sexual e de gênero. Escolhemos o recorte espaço-temporal da cidade de São Paulo na década de 1970, período marcado pelo significativo êxodo de travestis do interior do país para a metrópole. Além disso, foi a década em que os indivíduos não-heterossexuais ganharam mais visibilidade midiática, chegando a causar desconforto aos “bons valores e costumes” defendidos pelo veículo jornalístico. Não à toa, a Folha de São Paulo possui mais de duas mil notícias sobre lésbicas, homossexuais, travestis e transexuais em seu corpus deste período.

As diferenças na sociabilidade de cada turma instigaram-nos a preparar uma prática pedagógica que abordasse a diversidade de gênero e sexualidade, de modo a destacar a importância do jornal como fonte histórica e como objeto para a comparação entre contextos sociais a partir da figura do arquivo. Utilizamos notícias que exploravam temas relacionados à diversidade sexual e de gênero no Brasil durante a década de 1970, as quais possibilitaram a construção de narrativas históricas e o estímulo do senso crítico. Os alunos foram incentivados a se localizarem no contexto histórico, a partir da compreensão dos personagens em estudo através da análise do discurso e da mudança deste ao longo do tempo. Por meio da pedagogia emancipatória (Freire, 2005), que busca ajudar o estudante a se desenvolver como um agente ativo da mudança em sua vida e na sociedade como um todo, os educandos foram motivados a analisar as ideias predominantes daquele período e a estabelecer correlações com as questões prementes na contemporaneidade. Isso possibilitou uma reflexão crítica do próprio contexto cultural e político dos e pelos alunos.

A TRANSFORMAÇÃO DA NOTÍCIA: CONTEXTO HISTÓRICO DA IMPRENSA

O conceito de notícia é multifacetado e não existe consenso sobre sua definição. Para compreender seu significado, é necessário examinar a evolução histórica da imprensa no Brasil e sua manifestação atual. A imprensa brasileira teve suas raízes em três momentos distintos: 1706 em Pernambuco, 1747 no Rio de Janeiro e 1807 em Vila Rica, Minas Gerais. No entanto, sob o domínio da Coroa Portuguesa, as tentativas de estabelecer uma imprensa nacional foram frustradas, refletindo a ideologia dominante que buscava manter as colônias isoladas da difusão cultural. Em 1808, a família real portuguesa trouxe equipamentos tipográficos para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra no porão do navio Medusa. Em 13 de maio do mesmo ano, a Imprensa Régia foi estabelecida com o objetivo de imprimir legislação e documentos diplomáticos das repartições reais. Em setembro, assumiu a responsabilidade de editar a Gazeta do Rio de Janeiro, reconhecida por alguns historiadores como o primeiro jornal impresso em território nacional (Lopes, 2023, p. 1). Durante o período colonial, a Imprensa Régia era composta por uma junta de três autoridades encarregadas de examinar todo o conteúdo destinado à publicação, censurando aqueles que se opunham ao governo, à religião e aos bons costumes. Não havia uma distinção clara entre textos opinativos e informativos, sendo considerado notícia tudo que compunha seu conteúdo informativo.

Durante o período colonial, aproximadamente 50 jornais surgiram e desapareceram rapidamente no país, devido à censura imposta pela Imprensa Régia, que vigorou até 1821. Com o fim da censura e uma maior liberdade de imprensa, diversos jornais começaram a advogar pela Independência do país. Surgiram veículos com conteúdo voltado para o cotidiano, abrangendo desde furtos e assassinatos até vendas de escravos e observações meteorológicas. Após a emancipação do Brasil, a imprensa intensificou a campanha pela normalização da vida política no Império. Nesse mesmo ano, os pasquins emergiram como veículos panfletários, caracterizados por uma linguagem violenta e insultante. Uma guerra de palavras se desenrolava entre conservadores e liberais, que utilizavam os pasquins para lançar insultos uns aos outros. No final do período imperial, parte da imprensa começou a demonstrar tendências republicanas e abolicionistas. O jornalismo assumiu um caráter mais literário, com a participação de escritores contemporâneos na divulgação dessas ideias para o público letrado, conseguindo assim a adesão da elite intelectual. As notícias eram fortemente influenciadas pelas opiniões dos jornalistas sobre a política da época, um reflexo da grande influência do jornalismo francês, que utilizou a imprensa para disseminar notícias sobre os impactos da Revolução Francesa (Bacelar, 2017).

O progresso da República Velha e do Estado Novo transformou a imprensa em uma empresa. A democratização da vida política e a crescente urbanização foram fatores cruciais para a popularização do jornal entre as

classes mais baixas. O movimento operário do início do século XX utilizou panfletos para divulgar suas ideias, incluindo relatórios sindicais, denúncias e notícias relacionadas ao operariado. Na ausência de repórteres e sem preocupação com recursos estéticos, o jornal era produzido em formato de tabloide, com poucas páginas. Após assumir o poder, Getúlio Vargas vinculou o movimento operário ao aparato estatal e sintetizou suas reivindicações trabalhistas. Com o golpe de Estado em 1937, a ditadura varguista foi instaurada e o Estado Novo impôs a censura à imprensa por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Uma forte propaganda governamental era distribuída pelo DIP a todos os jornais; aqueles que resistiam corriam o risco de serem confiscados e, inevitavelmente, tornavam-se veículos de divulgação da ditadura. Esse cenário começou a mudar após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Os jornais recuperaram a liberdade para se posicionar a favor da democracia, criticando o regime brasileiro e as ditaduras fascistas ao redor do mundo (Lopes, 2008, p. 3).

A partir de 1950, a imprensa começou a tomar a forma que conhecemos hoje. Quando o modelo jornalístico dos Estados Unidos foi importado para o Brasil, o jornal perdeu sua pessoalidade, adotando a impessoalidade estadunidense ao estabelecer a noticiabilidade. Esta é caracterizada como:

todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (KUNCZICK, 2001, p. 45).

A análise de notícias de jornal é fundamental para compreender em que momento histórico determinados temas se tornaram midiaticamente relevantes para a sociedade. No entanto, é importante lembrar que, como qualquer fonte, os jornais devem ser lidos com um grau de desconfiança, afinal, o conjunto de critérios e operações que determinam a elegibilidade de um evento para receber tratamento jornalístico é influenciado pelo editor do periódico e, portanto, pode servir a interesses políticos, econômicos e sociais. A partir da década de 1950, houve um aumento exponencial nas notícias sobre os termos ‘mudança de sexo’, ‘travesti’ e ‘transexual/transexualismo’ na Folha de São Paulo. Grande parte dessas notícias estava ligada à psicanálise e à psiquiatria, que inicialmente contribuíram para a psico-patologização da transexualidade nas décadas seguintes. As notícias sobre ‘mudança de sexo’ adotaram uma postura conservadora a partir de 1950, refletindo posteriormente em um discurso criminalizante contra as travestis. Essa tendência conservadora persistiu na década de 1970, assumindo uma postura higienista ao tratar as travestis como um problema a ser resolvido em São Paulo.

A linha editorial seguida pela Folha de São Paulo na década de 1970 estava alinhada com o regime ditatorial do período⁵. A seção policial frequentemente apresentava um elevado número de notícias sobre indivíduos no âmbito da diversidade sexual e de gênero. Como um veículo de grande circulação, a Folha de São Paulo tinha efeitos de influência sobre a opinião pública, principalmente em relação aos sujeitos não-heterossexuais. Em 18 de dezembro de 1977, o jornal publicou uma notícia sobre a preocupação da polícia com o aumento do número de travestis no centro da cidade, levando à implementação da 'Operação Travesti', que prendia por vadiagem travestis que estavam praticando trabalho sexual. Em 1987, surgiu a 'Operação Tarântula', que foi implementada em São Paulo com o objetivo de prender travestis para combater o avanço da infecção pelo vírus HIV. Essas informações evidenciam que, em um período de dez anos, a política higienista⁶ para retirar travestis e transexuais das ruas apenas foi reformulada, não eliminada. O fator de noticiabilidade da Folha de São Paulo assumiu uma postura conservadora e higienista durante os anos mais duros da ditadura militar, o que ajudou a promover essas políticas higienistas e contribuiu para a crescente criminalização dos indivíduos não-heterossexuais, em especial às travestis.

Na década de 1970, muitas notícias retratavam travestis como enganadoras, assassinas e ladras. No entanto, dada a escassez de informações sobre esses casos, parece haver uma construção fantasiosa por parte dos jornalistas sobre essas pessoas. As notícias sobre 'mudança de sexo' frequentemente retratavam aqueles que passavam por uma mudança corporal do sexo como eunucos. A compreensão de transição que possuímos atualmente não era prevalente, o que resultava na ausência de reconhecimento da decisão cirúrgica do indivíduo, reforçando a sua negação jurídica. Isso porque todas as identidades atualmente diferenciadas nesse âmbito eram classificadas como homossexualidade. Por último, é crucial destacar que o critério de relevância jornalística dita o tom de cada reportagem. Ainda que o veículo de comunicação se apresente como imparcial, a perspectiva da linha editorial é evidente em cada notícia. Dessa forma, a opinião coletiva é moldada de acordo com esses grupos, reiterando a concepção de que a mídia desempenha um papel fundamental na construção da percepção social.

⁵ Segundo pesquisas realizadas pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), associado à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a colaboração do jornal Folha de São Paulo com o regime ditatorial foi mais intensa do que se conhecia anteriormente. Os estudos indicam que o grupo Folha teria disponibilizado veículos de distribuição de jornais para agentes de repressão, que os utilizavam para camuflar operações do regime nas ruas. Essas ações teriam resultado em prisões, assassinatos e desaparecimentos de militantes da esquerda armada (Quadros, 2023).

⁶ Ferla (2005) faz uma análise histórica do funcionamento das políticas higienistas em São Paulo, que também era – ou até mais – predominante na década de 1920/30. O Serviço de Antropologia da Polícia Civil paulista detinha travestis que se prostituíam no Vale do Anhangabaú. Após a sua detenção, realizava-se avaliação de pelos, formas corporais, dimensões da cabeça etc.

PRÁTICAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM DIANTE DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Aplicada em quatro aulas de duas turmas do primeiro ano do ensino médio, a oficina se propôs a habilitar os alunos para analisar fontes históricas e estabelecer conexões e comparações entre eventos passados e questões contemporâneas, sobretudo no que tange à diversidade sexual e de gênero, ensinando a pensar a continuidade e descontinuidade históricas. Cada dinâmica correspondia a um aspecto retratado nas cinco notícias que foram selecionadas, focando principalmente em travestis e transexuais, sujeitos que eram vistos como homossexuais e considerados abjetos, mas que são indispensáveis socialmente para a manutenção da fronteira para os corpos que materializam a norma (Louro, 2001). Devido à extensão da oficina, descreveremos duas atividades aplicadas na turma do 1º B. Optamos por não abordar neste artigo a turma do 1º A, uma vez que as atividades não resultaram em grandes descobertas nessa turma⁷.

Chamada “Mapeamento de Conceitos”, esta dinâmica abordou a perspectiva clínico-cirúrgica sobre a cirurgia de transição de gênero a partir de uma notícia (Figura 1) publicada em 29 de setembro de 1976. O cirurgião plástico Roberto Farina defendeu a intervenção cirúrgica, o que levou a sua condenação durante a ditadura militar por ter realizado esse tipo de cirurgia em uma paciente. Farina declarava não ter recebido remuneração alguma pelas intervenções e ressaltou que os pacientes são acompanhados durante um ano por psiquiatras, geneticistas e endocrinologistas. Após o diagnóstico de “transexualismo”, a cirurgia teria sido então efetuada. O médico defendia ainda que os pacientes só não se sentiam mais realizados devido aos obstáculos jurídicos relacionados à mudança do nome (Folha de São Paulo, 1976).

Inicialmente os alunos deveriam se ater na identificação de elementos básicos da fonte, como o título, o autor, o veículo jornalístico, a data da publicação, os sujeitos envolvidos e o assunto tratado. Após essa identificação, perguntei o contexto político do Brasil na década de 1970, e eles responderam “ditadura militar”. Em seguida, a aluna T respondeu que a notícia era “sobre mudança de gênero”. Perguntei-lhe o significado dessa “mudança de gênero”, e ela respondeu que “quando um homem se vê como mulher, ela vai lá e faz a cirurgia para mudar de gênero”. A partir da resposta da aluna, a discussão começou a ganhar volume. Retornei ao

⁷ Por ser uma turma composta por mais indivíduos abertamente autoincluídos na comunidade imaginada LGBTQIA+ e aliados, os alunos do 1º A já tinham conhecimento prévio sobre grande parte do que foi discutido. A discussão sobre diversidade sexual e de gênero era avançada naquela turma, o que gerou o desinteresse por parte dos alunos ao retomarem conceitos básicos. Ainda sim, os alunos participaram do debate proposto durante as dinâmicas “Análise de Arte” e “Reflexões sobre a violência contra pessoas LGBTQIA+”.

título e questioneei: “afinal, é possível mudar de sexo⁸?” – após essa pergunta, a sala entrou em fervorosa.

As alunas T e R disseram que sim, com o apoio de grande parte da turma; porém, a aluna A expressou uma opinião contrária, afirmando que isso não era possível. Intrigado, perguntei à aluna por que não seria possível mudar de sexo. Ela respondeu: “a pessoa pode se ver como do outro sexo, por exemplo, um homem pode se ver como mulher trans, mas o sexo biológico continua sendo do outro gênero”. Essa afirmação levantou outra questão: a diferença entre identidade de gênero e sexo biológico. Apresentei aos alunos essa diferença, mas a aluna A insistiu em sua impossibilidade. Nesse momento, o aluno Y, amigo da aluna A, quis fazer um questionamento; aproximei-me de sua mesa e ele perguntou: “Professor, uma pessoa pode mudar através da cirurgia, como a cirurgia plástica, mas o sexo biológico continua o mesmo, não? Tipo, se forem ver na biologia só tem homem e mulher, não?”. Os dois se referiam aos cromossomos sexuais. Após entender sua pergunta, expliquei aos alunos que apesar dos cromossomos sexuais serem classicamente associados à genitália, existem diversas exceções à regra XX -> pessoa com vagina e XY -> pessoa com pênis. Por exemplo, homens com a síndrome de La Chapelle possuem dois cromossomos X (DUPUY et al., 2001). Enquanto na síndrome de insensibilidade a andrógenos, pessoas com genótipo XY possuem algumas ou todas as características físicas semelhantes ao sexo feminino (Hughes; Deeb, 2006). Além disso, existem homens cisgênero que, por conta de alterações genéticas, podem ter o sexo biológico lido como feminino. Portanto, isso não seria um impedimento. Expliquei à turma que a identidade de gênero vai além de uma definição cromossômica e se refere a subjetividade da pessoa. Por isso que a definição baseada em características cromossômicas seria algo arbitrário e limitante da vida social.

Estabeleci algumas conexões com a realidade atual e discutimos o caso de Dandara, travesti brutalmente assassinada em plena luz do dia em Fortaleza - CE, no ano de 2017. A partir disso, comecei a problematizar a forma como esses corpos são vistos e tratados na sociedade. Quando se trata de casos de assassinatos de travestis e transexuais, é comum o agressor atacar a identidade de gênero da vítima. Há inúmeros relatos de travestis que foram mortas e tiveram o cabelo raspado, a genitália mutilada, o coração exposto, a cabeça decapitada⁹... Existe uma

⁸ A categoria sexo foi usada por corresponder aos caracteres morfológicos e fisiológicos das características sexuais secundárias. Ao longo da pesquisa e da análise, partimos da compreensão de que gênero também informa como o sexo é percebido (Butler, 2011), mesmo que a dimensão material do corpo faça parte das relações sociais. Assim, a ideia de “mudança de sexo” foi utilizada por atender mais rapidamente a compreensão dos alunos sobre mudanças corporais no âmbito da identificação de gênero, portanto, o termo deve ser entendido como uma categoria êmica que descreve as modificações corporais e não como uma categoria analítica com capacidade operacional de explicação.

⁹ Além da Folha de São Paulo, utilizamos outros veículos jornalísticos como aporte teórico. Separamos uma série de notícias que trata da questão da normalização do assassinato de travestis e transexuais, principalmente no que concerne ao desrespeito da sua identidade de gênero durante o crime. Há uma marca característica da violência de gênero contra esses corpos, iniciada a partir da

espetacularização e normalização da violência nos crimes contra travestis e mulheres trans (Bento, 2016). Frequentemente vemos tais atos relatados nos jornais e não lhes damos a devida importância. O caso de Dandara foi uma exceção por ter se tornado viral nas redes sociais (Souza, 2022).

Durante a conclusão da dinâmica, o aluno B, que permanecera em silêncio até então, questionou: “Professor, você acha certo que um homem que tá se passando por mulher use o banheiro feminino? Até porque eles podem fazer isso pra se masturbar ou querer estuprar alguma mulher dentro do banheiro”. Confesso que fiquei um pouco chocado com a pergunta, especialmente depois de ter explicado e debatido com os alunos sobre identidade de gênero, orientação sexual, cirurgia de transição de gênero, e a percepção da sociedade frente às mulheres transexuais e travestis. A pergunta foi um choque, colocando em questão a minha capacidade como futuro educador. Parecia que todo o meu esforço para ensinar com aqueles adolescentes não havia tido impacto, como se o conteúdo não fosse o suficiente para a compreensão desses conceitos.

Durante a oficina, um grupo de alunos, composto por meninos, inclusive o aluno B, conversavam constantemente; repetidas vezes pedi silêncio e a supervisora ameaçou retirá-los da sala. No final da dinâmica, o aluno percebeu seu término e decidiu fazer aquela pergunta para causar algum tipo de desconforto. A partir do seu questionamento, apresentei dados estatísticos de assassinatos de pessoas LGBTQIA+, especificamente em relação às mulheres transexuais. Discutimos o “trauma trans” (UOL, 2022), um medo compartilhado por pessoas transexuais ao precisarem usar banheiros públicos, dado que são corpos constantemente sujeitos à violência, principalmente na violação de sua identidade de gênero em espaços públicos. Além disso, essa questão costuma ser explorada por movimentos conservadores e homofóbicos para esvaziar acesso à direitos civis e sociais (UOL, 2023). Algumas alunas comentaram sobre a questão do estupro, afirmando que é mais provável encontrar um estuprador dentro da própria casa do que em um banheiro público. Já na outra dinâmica, a discussão foi encaminhada para o entendimento do espaço e como ele afeta aqueles que estão à beira da sociedade.

Intitulada “Mapeamento das Políticas Higienistas”, esta segunda dinâmica faz uma abordagem acerca das políticas higienistas implementadas em São Paulo durante a ditadura militar na década de 1970. Publicada em 18 de dezembro de 1977, a notícia informa sobre a preocupação da polícia com o aumento do número de travestis no centro de São Paulo. Devido a sua riqueza de detalhes, pude trabalhar a questão da lei da vadiagem e o seu público-alvo, o êxodo rural de travestis para a capital paulista, a questão da “moral e bons costumes” na década de 1970, a escolha de clientes devido à alta rotatividade, o uso de nomes de “guerra”, e como as travestis driblavam a lei para manter o trabalho sexual. Por fim, debatemos a “Operação Travesti”, uma política higienista implementada em São Paulo para controlar o aumento do seu número no centro da cidade.

negação de direitos básicos e políticas públicas voltadas para o movimento LGBTQIA+.

Começamos a dinâmica da mesma forma que a primeira: a leitura foi feita, os elementos básicos de uma fonte histórica foram identificados, e os alunos começaram a discutir a partir das perguntas propostas. Nesse dia, ouvi a aluna P, que não havia participado anteriormente e trouxe uma perspectiva diferente dos outros alunos. P disse que a notícia tratava sobre a independência do trabalho sexual para as travestis, que não deveria ser considerado exploração “porque exploração é quando não se tem um valor de volta, e como está recebendo, isso não se considera exploração”. Este comentário surgiu a partir do relato de uma travesti na notícia. Após o jornalista demonstrar surpresa por estas pessoas terem clientela no seu trabalho sexual, uma travesti relatara:

Esses boys motoqueiros da Augusta são só onda mesmo. Ficam paquerando a noite toda em cima de suas máquinas [...], depois correm aqui prá gente, onde conseguem se realizar. [...] Chegamos, conforme o movimento, até escolher a freguesia de acordo com o tipo de carro que ocupam (Folha de São Paulo, 1977).

Conforme a aluna, a surpresa do jornalista pode ser caracterizada hoje como transfobia. Mencionei o não uso do termo na década de 1970, ao que ela me respondeu: “é muito difícil dizer que nesse período não existia transfobia, porque provavelmente foi já que essa política era direcionada às travestis”. Esclareci que não estava afirmando a não existência da transfobia, mas que o termo era inutilizado naquela época; não se compreendia o termo travesti como uma identidade de gênero separada da homossexualidade. As travestis eram retratadas pelo jornal como praticantes de subversão, como homens que se vestiam de mulheres para cometer roubos, frequentemente referenciadas por pronomes masculinos. Existem inúmeras notícias sobre homens “enganados” por essas mulheres, resultando em roubo após a revelação de sua verdadeira identidade. Há uma espécie de construção fantasiosa em torno dessa figura, um mito criado por jornalistas da década de 1970 para atrair mais atenção do seu público conservador, principalmente para lidar com o aumento do número de travestis, uma questão urgente a ser resolvida pelo governo local daquele período. Assim, foi possível introduzir de maneira sutil a prática historiográfica de evitar o anacronismo na descrição e compreensão do passado, bem como a forma de realizar uma comparação com o contexto dos alunos.

Ao questioná-los sobre a política higienista e a Lei das Contravenções Penais, conhecida como “Lei da Vadiagem”, uma aluna respondeu: “eu achava que era vadiar no meio da rua”, provocando risos na classe. Outro aluno disse: “professor, eu tava lendo ‘lei da viadagem’”, gerando gargalhadas entre os alunos. Aproveitei e expliquei que esta surgiu a partir de um decreto-lei durante o governo Vargas. Posteriormente, fiz algumas observações sobre a quem era direcionada. Nem todos conseguiam emprego tão facilmente, então a lei era direcionada para aqueles que estavam no ócio, considerados “vadios”. Por não conseguirem emprego, muitas travestis precisaram submeter-se ao trabalho sexual como alternativa, uma atividade ilegal que é fruto das

dificuldades econômicas e do processo criminalizante ao qual foram inseridas historicamente (GARCIA, 2008). Por praticarem este trabalho, muitas foram presas com o argumento de estarem “vadiando” nas ruas de São Paulo.

No final da análise, começamos a discutir a essência da dinâmica: a “Operação Travesti” e o que seriam as políticas higienistas. Os alunos sugeriram: “provavelmente é algo para limpar o que tá sujo”. Utilizei os acontecimentos anteriores à Revolta da Vacina como exemplo de política higienista, e como a expulsão da população do centro para os subúrbios fez com que resistissem à vacinação (CRESCÊNCIO, 2010). Discuti sobre o surgimento da arquitetura hostil na cidade e como ela representa uma política higienista, já que esse tipo de arquitetura impede que pessoas em situação de rua durmam em bancos de praça, sob viadutos, na frente de bancos etc. A aluna T mencionou o Viaduto do Baldo – via na parte mais antiga e comercial da cidade de Natal –, afirmando que a prefeitura havia removido os “mendigos” de lá, mas eles já haviam retornado, pois não tinham para onde ir. Outra aluna comentou sobre a Constituição Federal de 1988 que, segundo ela, garante o direito à moradia, mas que isso não é efetivamente implementado.

Em seguida, apresentei um mapa da cidade do Natal e questionei os alunos e as alunas: quais são os locais de sociabilidade LGBTQIA+ que vocês conhecem em Natal? A primeira a responder foi a aluna T, afirmando “Camarão, Camarão é lotado de gay”, referindo-se ao bairro Felipe Camarão, na Zona Oeste. Solicitei que ela viesse ao mapa e apontasse os locais onde essas pessoas costumavam socializar; ela indicou os locais e acrescentou “aqui, ó, cadê? O Promorar (estação de trem) também é lotado. O Promorar, se você vir aqui no Promorar, porque é só a pessoa entrar no Promorar perto daquelas lojas você vê uma sapatão, um gay, porque é lotado, professor, lotado”. Outra aluna a confrontou e disse que eu estava pedindo espaços de socialização, não lugares com grande presença de gays; T discorda ao afirmar que eles se encontravam nas esquinas do Promorar, tornando-o, assim, um espaço de sociabilidade em seu bairro. Os alunos começaram a falar de outros locais, como o Beco da Lama, o Espaço Pop em Mãe Luiza, CEDECA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente), Praia de Miami, o Midway Mall, entre outros locais que eu não tinha imaginado como espaços de sociabilidade para essas pessoas. Comecei a anotar esses locais para incluí-los na pesquisa e algumas alunas, curiosas, riram e perguntaram o motivo das minhas anotações.

Foi, portanto, intrigante quando citaram a própria escola como um espaço de sociabilidade LGBTQIA+. Curioso, questionei se os alunos realmente viam a escola como tal espaço, e eles responderam prontamente que sim. Relataram que na turma havia cerca de seis pessoas assumidamente desse grupo, com alguns alunos até fazendo piadas sobre fulano ou ciclano ser assumido, mas que passaram despercebidos por causa do alvoroço na sala. As alunas começaram a mencionar que a aluna M, que estava na sala, era assumida. Interessado, perguntei à aluna sobre sua orientação sexual, e ela respondeu que é “aquela bi de festinha, que só pega mais mulher do que homem”. Em seguida, perguntei como ela se sentia naquele ambiente; se era difícil, se era fácil. Ela prontamente

respondeu: “antigamente eu tinha medo por causa da minha família e tals, mas depois que contei pra minha mãe e ela aceitou de boas... o resto? Que se dane! Se eu vir alguém sendo homofóbico ou coisa assim, eu vou lá e falo mesmo”.

Perguntei se naquele momento havia mais alguém pertencente a esse grupo, e a resposta foi negativa. Em seguida, compartilhei um pouco da minha experiência em Natal e como me sinto nesses espaços de sociabilidade. Apesar da cidade ser um ambiente atrativo para quem é LGBTQIA+, é perceptível a existência de diferentes tipos de preconceito nesses espaços, principalmente o social e o racial por serem lugares destinados às pessoas brancas da classe média; a violência contra transexuais e travestis, principalmente às pessoas pretas, que precisam submeter-se a situações humilhantes para conseguir um emprego; e a falta de espaços públicos seguros para essas pessoas. Em seguida, as alunas perguntaram se eu me identificava como LGBTQIA+. Afirmar, causando um alvoroço na turma. Comentários como “eu disse que ele era, desde o primeiro momento que ele entrou na porta já imaginei que fosse”. Achei curioso que, apesar de suspeitarem, nunca fui perguntado diretamente. Acreditava na evidência da minha orientação sexual, mas talvez não fosse algo tão óbvio. Depois de assumir-me para a turma, percebi um maior interesse por parte dos alunos na dinâmica e no que eu estava falando. Eles fizeram mais perguntas sobre minha orientação sexual, como “você namora?”, “pretende adotar um filho?”, “ah, professor, fica mais um pouco”.

Devido ao curto período, não consegui trabalhar a confecção de um jornal em sala de aula, então pedi que os alunos enviassem as suas impressões sobre o que foi abordado durante a oficina para o meu e-mail. Após isso, encerrei a dinâmica agradecendo a participação de todos, o acolhimento que recebi durante as aulas, e disse esperar uma compreensão maior da importância de uma fonte histórica e como podemos trabalhar diversos temas a partir de uma, como foi o caso da diversidade sexual e de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao implementar uma prática de ensino-aprendizagem que aborda a diversidade sexual e de gênero, ancorada em fontes históricas, verifica-se a viabilidade de tal abordagem no ensino básico. Embora a BNCC não mencione explicitamente a diversidade sexual e de gênero no ensino médio, é factível identificar lacunas em suas diretrizes que permitem ao educador ter suporte legal ao tratar desses temas em sala de aula. Ao evidenciar que está amparado pelo documento normativo do MEC, o docente encontra-se resguardado em âmbito federal contra possíveis retaliações de grupos de orientação conservadora.

A salvaguarda legal para educadores que introduzem a diversidade sexual e de gênero em sala de aula é indispensável, especialmente em um contexto em que o docente é frequentemente apontado como o único responsável pelo êxito ou insucesso educacional (Carvalho, 2018).

Contudo, o atual panorama educacional brasileiro tem atribuído aos profissionais da educação a culpa por lacunas nos padrões escolares (Lira, 2014). A hostilidade e a sensação de confronto que alguns estudantes demonstram contra os professores, instigados por movimentos religiosos e políticos conservadores (GRANCHI, 2023), geram um clima de pressão e angústia.

A temática de gênero e sexualidade emergiu como um ponto de tensão no ambiente escolar, em grande parte impulsionada pelo progresso de políticas voltadas para a igualdade de gênero e o combate à homofobia. Um exemplo disso é o programa “Brasil sem Homofobia” do governo Dilma, que visava promover a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas. No entanto, a resistência a tais políticas tem alimentado a polarização do debate, contribuindo para a criação de um ambiente adverso para docentes e discentes (Madureira; Branco, 2015) e de perseguição contra docentes. Nesse cenário, a implementação de uma oficina que utiliza notícias de jornais como recurso didático para abordar essa questão se mostrou viável. A análise dessas fontes permitiu a compreensão do fator de noticiabilidade ao longo da história e como este influencia a opinião pública de acordo com a influência de um grupo hegemônico. A avaliação dessas notícias possibilitou a identificação de características específicas para serem exploradas em cada dinâmica da oficina, facilitando a construção de narrativas pelos alunos.

A dimensão historiográfica emerge como um instrumento pedagógico inestimável ao tratar de questões de gênero e sexualidade. O uso de notícias de jornais como fontes históricas habilita os estudantes a realizar uma análise crítica do fator de noticiabilidade ao longo do tempo. Este exercício permite a compreensão de como a opinião pública é influenciada e moldada por grupos hegemônicos em diferentes períodos históricos. A exploração dessas fontes oferece aos alunos a chance de examinar a continuidade histórica, observando a evolução e representação das questões de gênero e sexualidade. Tal abordagem auxilia na desconstrução da noção de que essas questões são fenômenos recentes, reforçando sua relevância e presença ao longo da história com a devida consciência a respeito de processos de continuidade e rupturas históricas.

A utilização de fontes históricas como recurso pedagógico incentiva a construção de narrativas pelos alunos. Através da análise e interpretação dessas fontes, os estudantes são motivados a construir suas próprias narrativas, desenvolvendo habilidades de pensamento crítico e compreensão histórica e até mesmo sociológica, uma vez que se situam contextualmente. Portanto, este método pedagógico não só aborda a temática de gênero e sexualidade de maneira inclusiva e respeitosa, mas também fomenta o desenvolvimento de habilidades de aprendizado fundamentais. Desse modo, a oficina possibilitou a integração dos alunos a conceitos referentes à temática da diversidade sexual e de gênero dentro da sala de aula, mostrando a escola como um espaço de sociabilidade LGBTQIA+ e um palco para essas discussões.

Isso tudo possibilitou aos alunos identificar questões pertinentes ao seu cotidiano. Ao analisarmos a notícia sobre a 'Operação Travesti' em São Paulo, os estudantes puderam reconhecer problemas similares em sua

própria cidade. Essa percepção antropológica do espaço contribui para que os alunos se situem dentro dele, reconhecendo a persistência de problemas sociais que tem perdurado ao longo do tempo. Um aspecto crucial a ser ressaltado é a visão da escola como um espaço LGBTQIA+, uma percepção que se estende a outros locais de grande circulação de pessoas. A viabilidade da abordagem da diversidade sexual e de gênero em um ambiente escolar é inegável. A realidade contemporânea difere significativamente do início da década de 2000, período no qual, como demonstrou Bento (2011), pairava sobremaneira políticas ocultas de currículo que geravam a expulsão de gays, lésbicas e pessoas trans no ambiente escolar. Os estudantes, atualmente, têm acesso constante às mídias digitais, o que lhes proporciona um maior senso de pertencimento ao perceberem que existem outros indivíduos com experiências semelhantes às suas.

Observar outros momentos históricos também revela diversas continuidades, como a perpetuação do preconceito contra indivíduos não-heterossexuais. No entanto, a nova geração está aberta a esses debates. Muitos alunos se identificam como parte da comunidade imaginada que é representada pela sigla LGBTQIA+ e podem ser aceitos e defendidos por seus colegas mesmo quando são heterossexuais. Essa identificação evidencia que, mais do que nunca, os currículos escolares precisam abordar a diversidade sexual e de gênero de maneira direta e plural. Isso deve ser feito sem medo de represálias, facilitando a vida do estudante dentro da escola e evitando a evasão escolar devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual que é produto de uma exclusão social que pode incluir outros fatores como étnico-raciais, econômicos, de origem, entre outros. Assim, apesar dos conservadorismos e de emergências políticas anti-gênero muitos jovens se afirmam posturas mais diversas em meio a um emaranhado de posturas e tentativas de pôr fim à diversidade. Ademais, essa reflexão sobre o ensino-aprendizagem de questões de diversidade sexual e de gênero tem o potencial de colaborar com docentes no planejamento de ações educativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DISTRIBUIÇÃO de renda no RN. Tribuna do Norte, Natal, 20 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-distribuicao-da-renda-no-rn/203319>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

A POLÍCIA preocupada com os “travestis” na cidade. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 dez. 1977.

AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - PPGCS, UNICAMP, Campinas, 2014.

ALVES FILHO, M. Especialistas veem retrocesso em supressão do termo ‘orientação sexual’ da base curricular - Conceito de gênero também foi retirado do texto da BNCC apresentado pelo MEC. Atualidade. Jornal da UNICAMP, São Paulo. 07 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2017/04/07/especialistas-veem-retrocesso-em-supressao-do-termo-orientacao-sexual-da>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

ARAÚJO, G. C. C. de; SILVA, L. R. B. da; SENA, L. C. da P. E S. A Educação de Jovens e Adultos e a BNCC do Ensino fundamental. Linhas Críticas, v. 26, p. e30582–e30582, 14 ago. 2020.

BACELAR, Roberta Baldo. Teorias do jornalismo. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

BARBOSA, I. R.; GONÇALVES, R. C. B.; SANTANA, R. L. Mapa da vulnerabilidade social do município de Natal-RN em nível de setor censitário. J. Hum Growth Dev., 2019(1): 48-56.

BARROSO, R. R. de J.; SILVA, L. C. M. da. Gênero e sexualidade na educação brasileira em tempos de movimento escola sem partido. Diversidade e Educação, v. 8, n. 1, p. 427–451, 16 ago. 2020.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Revista Estudos Feministas, v. 19, n. 2, p. 549–549, 1 jan. 2011.

BENTO, B. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, L. (Org.). Dissidências sexuais e de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 43-67.

BISCHOFF, Wesley; PARIS, Letícia. Justiça manda soltar mulher trans que teve cabelos arrancados em penitenciária após ser presa, no Paraná. G1, Curitiba, 14 abr. 2022. Norte e Noroeste. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2022/04/14/justica-man>

da-soltar-mulher-trans-que-teve-cabelos-raspados-em-penitenciaria-apos-ser-pres-a-no-parana.ghml>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: The Discursive Limits of 'Sex'*. New York: Routledge, 1993.

CARVALHO, I. BNCC do ensino médio é uma ameaça aos professores, diz Callegari. Vermelho, 10 dez. 2018. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2018/12/10/bncc-do-ensino-medio-e-uma-ameaca-aos-professores-diz-callegari/>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

CORPO de travesti é encontrado decapitado e sem um dos dedos em policlínica na zona Norte. Tribuna do Norte, Natal, 14 out. 2022. Disponível em:

<<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/corpo-de-travesti-a-encontrado-decapitado-e-sem-um-dos-dedos-em-pol-cl-nica-na-zona-norte/549331>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CRESCÊNCIO, C. L. Revolta da vacina: higiene e saúde como instrumentos políticos. BIBLOS, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 2, p. 57-73, 2008.

DUPUY, O. et al. De La Chapelle syndrome. *Presse Medicale*: Paris, v. 30, n. 8, p. 369-372, 3 mar. 2001.

FERLA, L. A. C. Feios, sujos e malvados sob medida - do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945). Tese (Doutorado em História), USP, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCIA, M. R. V. Prostituição e atividades ilícitas entre travestis de baixa renda. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 11(2), 241-256.

GONZALEZ, Mariana. Libera meu xixi': campanha quer que STF julgue uso de banheiros por trans. *Universa UOL*, São Paulo, 09 jul. 2022. LGBTQIA+. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/07/09/libera-meu-xixi-stf-trava-ha-7-anos-acao-sobre-trans-em-banheiros.htm>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

GRANCHI, Giulia. Os fatores que contribuem para ataques em escolas, segundo especialistas. *BBC*, São Paulo, 06 abr. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0610zm35vo>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

HOMEM é preso em Campinas após matar travesti e arrancar coração: ‘Era um demônio’. G1, Campinas, 21 jan. 2019. Campinas e Região. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2019/01/21/homem-e-preso-em-campinas-apos-matar-e-guardar-coracao-da-vitima-em-casa.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

HUGHES, I. A.; DEEB, A. Androgen resistance. *Best Practice & Research. Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 20, n. 4, p. 577-598, dez. 2006.

KUNCZICK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 2001.

LEITE, C. H. F. Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os Jornais como Fonte e Objeto de Pesquisa Histórica. *Revista Escritas*, v. 7, n. 1, p. 03-17, 2015.

LIRA, N. A. de. A educação e seus fracassos: quem é culpado? Ensino Médio em diálogo, Mato Grosso, 25 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/content/educacao-e-seus-fracassosquem-e-culpado>>. Acesso em: 13 jul. 2023.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Resgate histórico do jornalismo brasileiro – parte 1: Dos primórdios até a Proclamação da República*. Memória da Imprensa: São Paulo, 2023.

LOPES, Dirceu Fernandes. *Resgate Histórico do Jornalismo Brasileiro – Parte 2: Da República Velha ao Estado Novo*. Unidade, São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, 2001. p. 541-553

MADUREIRA, A. F. DO A.; BRANCO, U. Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 577-591, set. 2015.

MÉDICO defende cirurgia para mudar o sexo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 set. 1976.

MÍDIA DADOS Grupo de Mídia. *Circulação dos títulos com edição digital filiados ao IVC*. Mídia Dados, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://midiadados.gm.org.br/jornal/circulacao-dos-titulos-com-edicao-digital>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *cadernos pagu*, p. e216216, 20 ago. 2021.

MONTEIRO, H. R. de S. et. al. A importância das oficinas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. In: FRANÇA-CARVALHO, A. D.; MARTINS, C.H. R.; CONDE, E. P.; MONTEIRO, H. R. de S. (org.). *Estratégias de ensino: propostas multidisciplinares de aprendizagens significativas*. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 1-7.

OLIVEIRA, L. de. A construção do espaço, segundo Jean Piaget. *Sociedade & Natureza*, [S. l.], v. 17, n. 33, 2006. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9205>>. Acesso em: 5 jul. 2023.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

QUADROS, V. Folha de S. Paulo mantinha relações íntimas com a ditadura militar. Agência Pública, 4 jul. 2023. Disponível em: <<https://apublica.org/2023/07/documentos-indicam-que-alianca-da-folha-com-a-ditadura-foi-mais-forte-do-que-jornal-admite/>>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SAKAMOTO, Leonardo. Política de extrema direita elege trans como alvo dos 100 primeiros dias. UOL, 08 abr. 2023. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/04/08/hilton-e-salabert-travam-cruzada-contra-a-transfobia-que-mata-e-quer-likes.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SOUZA, Dediane. “Dando o nome”: Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do Jornal O povo. Orientador: Kleyton Rattes. 2022. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - PPGA, UNILAB, UFC, Fortaleza, 2022.

TRANSEXUAL é mutilada e assassinada na Argentina. R7, 27 jul. 2015. Internacional, Notícias R7. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/transexual-e-mutilada-e-assassinada-na-argentina-27072015>>. Acesso em: 20 jun. 2023.